

A PRODUÇÃO TEÓRICA NO BRASIL SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL*

Mary Neide Damico Figueiró

Docente da Universidade Estadual de Londrina — PR

RESUMO

A presente pesquisa consistiu na análise da produção acadêmico-científica brasileira sobre Educação Sexual, do período de 1980 a 1993, tendo como principal objetivo investigar qual tem sido a abordagem de Educação Sexual predominante. Foram estabelecidas nove categorias de análise a partir das quais cada texto foi analisado e classificado.

São apresentadas as principais características das várias Abordagens de Educação Sexual identificadas pela autora, que são úteis ao pesquisador e educador sexual no sentido de compreender quais as concepções filosóficas e pedagógicas que vêm norteando seu trabalho. Foi possível apreender dados significativos sobre o conhecimento até então produzido e identificar limitações ou lacunas que vêm prejudicando a sustentação do corpo teórico de conhecimento sobre esta temática. Além disso, diretrizes são apontadas para o aprimoramento do mesmo. EDUCAÇÃO SEXUAL — ABORDAGENS DE EDUCAÇÃO SEXUAL — ESTADO DA ARTE

ABSTRACT

THE BRAZILIAN ACADEMIC AND SCIENTIFIC LITERATURE ON SEXUAL EDUCATION. This research is an analysis of the Brazilian academic and scientific literature on sexual education from 1980 to 1993. Its main objective is an investigation of the predominant approach to sexual education.

Nine categories of analysis, including the approach, were established and each text was then analysed and classified.

The main characteristics of several approaches to sexual education are presented in order to help researchers and sexual educators understand which philosophical and pedagogical conceptions underly their work.

The research provided significant data about the existing literature. Limitations and gaps affecting the theoretical body of knowledge were identified and guidelines are suggested for the improvement of this knowledge.

* O artigo é uma síntese da dissertação de mestrado em psicologia escolar da USP, cujo título é: *Educação sexual no Brasil: o estado da arte de 1980 a 1993*, concluída em 1995, sob a orientação da dra. Maria Amélia Azevedo.

Para definir as diretrizes fundamentais deste presente trabalho, decidiu-se fazer, como ponto de partida, a seguinte reflexão: "qual a questão, dentro da área de pesquisa sobre Educação Sexual, que, no momento, é prioritário que seja investigada, para que se faça avançar a produção científica sobre o assunto?"

Relendo a história da Educação Sexual no Brasil, bem como as publicações brasileiras sobre esta temática, percebeu-se que se faz necessária uma "parada", para a "retomada do conhecimento" construído pelos estudiosos e pesquisadores até o presente momento.

Reconheceu-se que isto poderia se constituir num quadro demonstrativo da situação da produção desse conhecimento, que poderia ser útil para os pesquisadores, no estabelecimento de novas diretrizes de pesquisa e, conseqüentemente, no estabelecimento de uma melhor solidez do corpo teórico da referida temática.

A leitura inicial das publicações científicas brasileiras sobre Educação Sexual suscitou muitas questões. Primeiramente, percebeu-se que posturas variadas estavam sendo adotadas pelos autores, quanto à maneira de encarar a Educação Sexual, o que refletia diferentes concepções filosóficas, pedagógicas e metodológicas.

Então, logo de início, foi possível identificar várias abordagens de Educação Sexual, a saber: religiosa católica, religiosa protestante (ambas podendo ser tradicional ou liberadora), médica, pedagógica e política.

Isso levou à formulação do primeiro questionamento fundamental: "Qual tem sido a abordagem de Educação Sexual predominante na produção científica brasileira, no período de 1980 a 1993?"

Outros dados, lacunas ou problemas observados na primeira leitura da maioria das publicações, apontaram para outras interrogações, tais como: quais são as conceituações de Educação Sexual assumidas e quais as terminologias adotadas com referência (ou em substituição) ao termo Educação Sexual?; quais as áreas científicas que mais se têm empenhado em contribuir para esta temática e quais as que, apesar de suas condições, têm-se omitido?; quais têm sido os tipos de pesquisa/estudo freqüentemente mais desenvolvidos?

Todas as interrogações emergidas, bem como a identificação da ausência de um trabalho amplo e profundo que avalie a produção científica sobre a temática aqui tratada, apontaram para a necessidade e importância desta presente pesquisa.

Foi assim então que se decidiu pela elaboração do estado da arte da Educação Sexual no Brasil.

Elaborar o estado da arte de alguma área do conhecimento significa fazer o levantamento, a sistematização e avaliação do conhecimento produzido nessa área, podendo constituir-se numa contribuição ao avanço da ciência.

Essa necessidade de retomada do conhecimento é defendida, entre outros, por Frigotto (1991) e Castro (1978).

Vários são os trabalhos desse tipo, já realizados no Brasil, como por exemplo: *A Imagem da mulher no livro didático: estado da arte* (Negrão, Amado, 1989); *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento* (Soares, 1989).

No que tange à temática de Educação Sexual, é possível encontrar já um primeiro trabalho de montagem de seu Estado da Arte, na pesquisa feita por Rosemberg et al. (1990), intitulada: *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*.

As autoras examinaram a produção científica referente ao período de 1975 a 1989, com o propósito maior de apreender "(...) em que medida estudos e pesquisas conseguem integrar os conhecimentos acumulados nas duas áreas: a de educação e a de estudos sobre a mulher" (p.4).

Por estar situado num contexto mais amplo de "educação formal da mulher", esse estado da arte sobre a Educação Sexual no Brasil apoiou-se em publicações científicas da área de ciências humanas, mais especificamente, de Educação.

Considerando a relevância da pesquisa supracitada e tomando-a como ponto de partida, reconheceu-se que é imprescindível uma revisão crítica da produção do conhecimento sobre Educação Sexual que abranja as publicações científicas advindas de outras áreas que também têm contribuído para a compreensão desse conhecimento, como por exemplo: Medicina, Saúde Coletiva, Antropologia, Enfermagem e Psicologia.

A presente pesquisa tem como objetivo a elaboração do estado da arte em Educação Sexual no Brasil, no período de 1980 a 1993, a partir da análise dos vários tipos de pesquisa/estudo sobre o assunto.

Identificar qual tem sido a abordagem de Educação Sexual predominante, dentro dessa produção científica, é uma das propostas fundamentais.

Para tanto, ficou decidido que fariam parte desse estado da arte os textos que falam, discutem sobre a Educação Sexual — excluindo os textos de Educação Sexual (tais como: guias e textos de explicação a respeito de sexo e sexualidade dirigidos diretamente ao educando)¹.

Considerou-se Educação Sexual como sendo: toda ação ensino/aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja em nível de conhecimento de informações básicas, seja em nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual.

Evidentemente, esse conceito foi assim delimitado para fins de critério de seleção do material bibliográfico que deveria integrar o estado da arte da Educação Sexual, ou seja: que deveria compor o *corpus*².

1 Há casos de publicações que atendem aos critérios de e sobre; exemplo: Orth (1991) e Suplicy (1987).

2 O *corpus*, ou seja, a listagem de todas as publicações analisadas, bem como as respectivas análises, integram o Anexo nº 5 da Dissertação (Figueiró, 1995) que deu origem a este artigo, a qual se encontra à disposição na biblioteca da Fundação Carlos Chagas.

Há, no entanto, necessidade de salientar que a Educação Sexual não deve ser vista como uma ação que ocorre à parte da educação global do indivíduo, mas, pelo contrário, deve ser entendida como parte desse processo maior, em que a educação é encarada como:

um conjunto de experiências pessoais, ativas, dinâmicas, mutáveis, por meio das quais o indivíduo seleciona, absorve e incorpora informações, relaciona-as com as que já dispõe em seu repertório e as organiza, expressa ou utiliza para criar novas informações, orientar suas ações, agir junto a outras pessoas ou modificar o ambiente. (Fromm Neto, 1987. p.6)

No que concerne ao período estabelecido para a elaboração do estado da arte, a opção pela década de 80 justifica-se pelo fato de se ter constatado que o início da mesma é marco significativo do aumento de publicações acadêmicas e científicas brasileiras sobre o tema Educação Sexual.

É na entrada dessa década que o "tema da educação sexual conquista novas áreas" científicas e que "num movimento convergente, pesquisadores voltados para o estudo do tema passam também a ser convocados tanto pelas universidades quanto pelos meios de comunicação" (Bruschini, Barroso, 1986. p.41).

Se tomarmos como ponto de partida a história política e econômica do Brasil, veremos que a escassez de publicações, na década de 70, se justifica pelo período de forte repressão político-cultural por que passou a sociedade brasileira, sob a total dependência da ditadura militar.

Por outro lado, a abertura política na década de 80 vem ratificar a caracterização dessa década como sendo um período fértil para o desenvolvimento de publicações científicas e acadêmicas sobre Educação Sexual.

AS ABORDAGENS DE EDUCAÇÃO SEXUAL

As quatro abordagens de Educação Sexual estabelecidas neste trabalho, a partir das leituras (de publicações acadêmico-científicas brasileiras) feitas pela autora, podem ser sintetizadas quanto às suas principais características.

O sentido fundamental das *abordagens religiosas tradicionais* é a formação do cristão, e o sexo é vinculado ao amor pelo parceiro, ao casamento e à procriação. A vivência da sexualidade está condicionada à submissão às normas religiosas oficiais, no caso da *abordagem católica* e às mensagens bíblicas, no caso da *protestante*.

A Educação Sexual religiosa tradicional não existe como modelo único, padronizado, mas é possível encontrar variações ao longo de um *continuum*. Num dos extremos pode se ter uma atitude "conservadora" (totalmente submissa às regras estabelecidas) e, no

extremo mais avançado, uma atitude "questionadora", conforme posição de Guy Durand (1989).

Uma atitude questionadora implica seguir as normas religiosas oficiais (no catolicismo), ou guiar-se pela interpretação literal da Bíblia (no protestantismo), mas ao mesmo tempo esforçar-se por adaptar as normas oficiais, ou as mensagens bíblicas, à cultura, ao contexto social, histórico, político e econômico de cada época. Além disso, procura levar em consideração as contribuições das várias ciências, considerando as essenciais, ainda que, ao mesmo tempo, limitadas.

Por outro lado, na *abordagem religiosa liberadora* (católica ou protestante), embora haja também a preocupação básica com a formação do cristão, em primeiro plano está a conservação dos princípios cristãos fundamentais, como por exemplo: o amor, o respeito mútuo e a justiça. A Educação Sexual é encarada como um instrumento de transformação social, partilhando assim dos pressupostos da abordagem política, que a seguir será explicitada.

A postura liberadora vai além da atitude tradicional questionadora, pois há reconhecimento (mais amplo e firme) de que a doutrina moral oficial é controladora, repressiva e incoerente com o atual momento histórico. Dá oportunidade à revisão crítica dos pressupostos religiosos que fundamentam as normas morais sexuais e dá espaço para o indivíduo ser sujeito de sua própria sexualidade.

O sentido fundamental da *abordagem médica* é a diáde saúde-doença (com ênfase na ação terapêutica para tratamento de desajustes sexuais, ansiedades ou angústias relativas à sexualidade); valoriza o fornecimento de informações em contexto de relação terapêutica ou de programas preventivos de saúde pública, para assegurar a saúde sexual do indivíduo e da coletividade.

Na *abordagem pedagógica*, o processo ensino/aprendizagem é a característica fundamental. É dada ênfase ao aspecto informativo, no qual pode-se incluir também o aspecto formativo (discussão de valores, atitudes e sentimentos).

Tanto a abordagem médica, quanto a pedagógica, encaram a Educação Sexual como meio de levar o indivíduo a viver bem a *sua* sexualidade.

Embora a *abordagem política* também considere a relevância da vivência pessoal (saudável) da sexualidade, sua característica essencial consiste em perceber na Educação Sexual um compromisso com a transformação social, conduzindo as discussões para as questões que envolvem relações de poder, aceitação das diferenças e respeito pelas minorias. Há também uma preocupação em resgatar o erotismo (o prazer e a visão positiva da sexualidade) e as questões de gênero, em que os papéis sexuais são pensados à luz de um enfoque social, histórico e cultural.

Para uma compreensão melhor das várias abordagens, é necessário, ainda, que cada uma seja compreendida em termos de seu surgimento, de suas raí-

zes, bem como de seu desenvolvimento ao longo da história do Brasil.

A doutrina sexual cristã, com seu rigorismo moral, foi se formando e se fortalecendo por um lento processo de fusão das idéias contidas em escritos religiosos (bíblicos e patrísticos) da Idade Média com idéias da filosofia pagã (Foucault, 1985).

Foi somente no fim do século XVI e início do XVII, quando a inquisição veio ao Brasil, que as doutrinas oficiais da Igreja começaram a se impor entre os povos que para cá vieram.

Pela confissão, pela vinculação de sexo ao conceito de pecado e pela manipulação do sentimento de culpa, a Igreja desenvolveu controle e repressão da sexualidade de uma parcela significativa da sociedade (Nunes, 1987; Vainfas, 1989).

No entanto, há várias décadas, a Igreja vem se deparando com o não-seguimento (por muitos cristãos) de suas normas oficiais. Entre os fatores que contribuem para a não-aceitação da moral sexual cristã estão a inflexibilidade e o atraso da Igreja nas questões da sexualidade, ou seja, o descompasso entre a visão eclesiástica e a realidade cotidiana atual (Agostini, 1993; Bingemer, 1992; Chauí, 1985, entre outros).

Apesar de ainda prevalecer a abordagem religiosa tradicional, nas publicações que falam sobre sexualidade e/ou Educação Sexual, bem como na atuação pastoral, recentemente, alguns estudiosos e adeptos da abordagem religiosa liberadora da Educação Sexual (tanto católica quanto protestante) vêm tentando mostrar que é possível que um cristão viva a sexualidade, de maneira positiva e feliz (Macedo, 1992; Marduro, 1992; Ribeiro, 1992, entre outros).

Não se trata de obedecer a um conjunto de normas e restrições ensinadas pela tradição da Igreja, mas de um compromisso ético que implica o seguimento de Jesus e uma busca de libertação integral, como pessoa humana. (Ribeiro, 1992. p.34)

Quanto à abordagem médica da Educação Sexual, foi durante o século XIX que profissionais da área médica começaram a "estudar cientificamente" o sexo, inserindo-o no âmbito da medicina, o que resultou na classificação das disfunções e anomalias — passando os vieses sexuais a serem encarados como doença (Foucault, 1988).

O estudo da atuação da Medicina no Brasil, especificamente da Higiene, no século XIX, mostra como se exerceu controle sobre a instituição familiar e a vivência da sexualidade das pessoas, fazendo com que a família passasse por um processo de normatização (Costa, 1983).

Ao adentrar no século XX, em decorrência da modernização da vida brasileira e, conseqüentemente, das mudanças que se processaram na Higiene e Medicina, deu-se a modernização da vida sexual, em que o sexo passou a ser debatido publicamente e a informação objetiva, pautada em estudos científicos, co-

meçou a ser valorizada, em contraposição às superstições e à ignorância.

No Brasil, ao que concerne a uma atuação efetiva, com participação direta e formal de profissionais da área da saúde em programas de Educação Sexual, começou a se dar no período de 1954 a 1979, por meio do trabalho de alguns educadores sanitários, na cidade de São Paulo (Barroso, Bruschini, 1982).

Na década de 70, foram implantados alguns serviços de ginecologia infanto-puberal, que trouxeram grandes contribuições, no sentido de servir de base para novas experiências em Educação Sexual na área da saúde. Na década de 80, foram criados vários serviços de assistência ao adolescente, bem como instituições ou órgãos voltados para a sexualidade e Educação Sexual.

De forma geral, pode se dizer que é nessa última década que, em nosso país, se pôde constatar uma participação mais efetiva de grande número de profissionais da área da saúde, em especial de médicos, no desenvolvimento de trabalhos de Educação Sexual, bem como na organização de eventos para estudos e discussões sobre o assunto.

Quanto à abordagem pedagógica de Educação Sexual, cujo ponto central é o processo ensino/aprendizagem dos conteúdos relativos à sexualidade, possivelmente tenha como o mais importante de seus precursores, o sexólogo Havelock Ellis (1859-1939), que

aos 16 anos resolveu que a principal tarefa de sua vida seria poupar a juventude das futuras gerações do problema e perplexidade que a ignorância sobre os verdadeiros fatos do sexo lhe causaram. (Gregersen, 1983. p.35)

Pesquisas mostram que, desde o começo deste nosso século, vêm sendo desenvolvidos alguns trabalhos de Educação Sexual nas escolas brasileiras. É possível encontrar registros de manifestações que apontam a necessidade de programas de Educação Sexual desde esse período (Barroso, Bruschini, 1982; Rosemberg, 1985; Werebe, 1978).

A década de 60 foi o período em que se deu a realização do maior número de trabalhos nas escolas; na seguinte, devido à repressão política, houve um acentuado recrudescimento dos mesmos. Na década de 80, porém, ocorre uma retomada, com mais vigor. No entanto, há muitas dificuldades e limitações a vencer nesta caminhada.

Quanto ao nascimento da abordagem política de Educação Sexual, pode se dizer que foi aproximadamente no início da década de 80 que começaram a surgir, no Brasil, as primeiras reflexões e publicações científicas que encaram a Educação Sexual como meio de transformações sociais, portanto, como uma atividade política.

Estas publicações têm se pautado, em sua maioria, em escritos de Foucault, Freud, Reich, Marcuse, Ariès, Donzelot e/ou Politzer. Evidentemente, alguns autores pautam-se mais em um ou outro teórico, mas

vale salientar que Foucault está presente como referencial teórico em praticamente todos os textos.

Apesar de ter sido possível encontrar, no início da década de 80, textos que mostrassem uma preocupação política da Educação Sexual, como por exemplo o texto de Barroso e Bruschini (1982), foi Maria Amélia Azevedo Goldberg (1988), em seu livro *Educação sexual*: uma proposta um desafio, publicado pela primeira vez em 1982, quem pioneiramente abordou direta e exclusivamente a vinculação entre Educação Sexual e compromisso político.

PROCEDIMENTO

Para este trabalho, que consistiu fundamentalmente em analisar as publicações brasileiras sobre Educação Sexual, foram definidos critérios para selecionar as publicações a serem analisadas e também foram estabelecidas Categorias de Análise, dentre as quais inclui-se a categoria Abordagem, cuja fundamentação teórica foi apresentada, de maneira bastante sucinta, no item anterior deste artigo³.

Seleção do corpus

Foram selecionados para fazer parte deste estado da arte, compondo o *corpus*, as seguintes publicações: livros, dissertações, teses, artigos de periódicos, pesquisas e textos de trabalhos apresentados em eventos científicos.

Os levantamentos bibliográficos pautaram-se nos seguintes termos-chave: Educação Sexual, Sexualidade, Sexo, Erotismo, Comportamento Sexual e Ética Sexual.

Muitos e variados foram os procedimentos utilizados na tentativa de identificação do maior número possível de textos, nas variadas áreas científicas, que têm desenvolvido reflexões e/ou pesquisas sobre o assunto. Citam-se, por exemplo, as consultas a: referências bibliográficas dos textos que falam sobre Educação Sexual e Sexualidade (incluindo os que, segundo os critérios, não fizeram parte deste estado da arte); instituições de pesquisa e fontes bibliográficas, tanto em suporte magnético como impressas⁴.

Definição de categorias de análise

Após proceder-se a várias leituras de cada texto, os mesmos foram classificados segundo as categorias que compõem o instrumento de análise:

- Abordagem: o texto pode ser classificado como estando comprometido com uma das abordagens de Educação Sexual:
 - a. Abordagem religiosa;
 - tradicional (conservadora ou questionadora)
 - liberadora.
 - b. Abordagem médica;

- c. Abordagem pedagógica;
- d. Abordagem política.

Embora um mesmo texto possa apresentar alguns pontos pertinentes a mais de uma abordagem, ele é classificado segundo a abordagem predominante.

De forma análoga, um texto pode ser classificado numa abordagem, mesmo que não preencha, na íntegra, todos os requisitos nela implicados.

- Área: área do conhecimento em que foi produzida a pesquisa/estudo. É identificada pelo *conteúdo* do texto publicado⁵.
- Tipo de Pesquisa/Estudo: o texto pode ser classificado, segundo o tipo de pesquisa/estudo (P/E) em: a) explanação teórica; b) análise histórica; c) análise avaliativa; d) análise investigadora.
- Contexto: é identificado o contexto dentro do qual é abordada a Educação Sexual: familiar, escolar, clínico, pastoral, de serviços de saúde, mídia, ou contexto amplo (quando aborda mais de um contexto, porém de maneira *en passant*).
- Tipo de Educando: é procurado identificar a qual tipo de educando refere-se o texto: criança, jovem, estudante (de forma geral), estudante do 1º grau, estudante do 2º grau, estudante de 3º grau, adulto, mulheres (em geral), paciente (de setor de saúde), deficiente mental ou deficiente físico.
- Elementos-Chave: é investigado se o autor aborda os seguintes elementos-chave: prazer, amor, relações de gênero, abuso e/ou violência sexual, DST e sexualidade na velhice.
- Profissional Responsável: quanto ao profissional que deve assumir o papel de educador sexual o texto aponta para qual? Se aponta, o autor afirma que cabe estritamente ao profissional que ele aponta, ou abre a possibilidade de que o papel seja desempenhado por outro ou vários outros profissionais?
- Questões Conceituais: como o autor define Educação Sexual (se define). Qual a terminologia que usa: Educação Sexual ou Orientação Sexual (ou outra)? Estabelece alguma relação e/ou diferença entre esses termos?
- Concepções Questionáveis: O texto apresenta concepções questionáveis? Especificar.

Para assegurar a fidedignidade das avaliações de cada texto que integra o *corpus*, ficou determinado que duas psicólogas atuassem como juízas. Assim, além das avaliações feitas pela pesquisadora, cada

3 A fundamentação teórica completa pertinente a cada uma das abordagens pode ser encontrada na parte inicial da dissertação.

4 Alguns exemplos de fonte bibliográfica: a) em suporte magnético: LILAC, MEDLINE e CALCO; b) impressas: Guia de publicações seriadas brasileiras/IBICT; Sumários Correntes Brasileiros/Ciências Sociais e Humanas.

5 A classificação em Áreas seguiu a Tabela de Áreas do Conhecimento — modelo CAPES/CNPq.

uma delas classificou, individualmente, todos os textos, de acordo com as categorias.

Com respeito às abordagens de Educação Sexual, a fundamentação teórica de cada uma delas foi enviada para um profissional experiente, a fim de que emitisse um parecer, que foi utilizado como subsídio para o aprimoramento de algumas abordagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para análise dos resultados, tomou-se como ponto de referência a forma como foram organizados os gêneros de publicações que compõem o *corpus*:

- Grupo A: livros e capítulos de livros.
- Grupo B: artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos.
- Grupo C: dissertações e teses.

Tendo em vista essa pré-condição, procurou-se proceder à análise e discussão dos resultados, em relação às categorias estabelecidas, partindo-se, inicialmente, da "abordagem de Educação Sexual", por ser uma categoria diretamente relacionada ao objetivo fundamental da presente pesquisa.

É útil esclarecer que, para fins do presente artigo, decidiu-se delinear, de forma mais abrangente e completa, os resultados da categoria acima referida, recebendo as outras, neste espaço, um tratamento mais sucinto.

Da abordagem de educação sexual

No grupo A: livros e capítulos de livros

Como mostra a Tabela 1, no conjunto de 33 publicações (doze livros e 21 capítulos de livros), constatou-se o predomínio da abordagem pedagógica, em oposição ao percentual bastante baixo das abordagens médica e religiosa. A política, por sua vez, teve um índice médio.

ABORDAGEM	N	%
Religiosa tradicional	2	6,1
Médica	2	6,1
Pedagógica	17	51,5
Política	12	36,3
TOTAL	33	100

No grupo B: artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos

Num total de 72 publicações, constatou-se, conforme mostra a Tabela 2, um predomínio da abordagem pedagógica, tendo atingido, neste grupo, um percentual

maior (63,9%) que no grupo A (51,5%). Verificou-se, também, uma duplicação da percentagem da abordagem médica (12,5%) em relação ao grupo anterior, que foi de 6,1%.

ABORDAGEM	N	%
Religiosa tradicional	4	5,5
Médica	9	12,5
Pedagógica	46	63,9
Política	13	18,1
TOTAL	72	100

No grupo C: dissertações e teses

No conjunto de catorze dissertações e três teses, novamente se repete o predomínio da abordagem pedagógica (52,9%); no entanto, é relativamente próximo deste o índice atingido pela abordagem política: 41,18%, conforme demonstrado na Tabela 3.

ABORDAGEM	N	%
Religiosa tradicional	—	—
Médica	1	5,9
Pedagógica	9*	52,9
Política	7**	41,2
TOTAL	17	100

* 8 dissertações e 1 tese

** 5 dissertações e 2 teses

Nos grupos A, B e C a abordagem pedagógica predomina, uma vez que ultrapassa, em todos, a percentagem de 50%. É no grupo B que seu índice é mais acentuado: 63,9%.

Neste último, tanto a abordagem política, quanto a médica, têm uma presença baixa, sendo de 18,1% a primeira e 12,5% a segunda.

No grupo A a percentagem da abordagem política, em comparação ao grupo B (18,1%), é o dobro, ou seja: 36,3%. É no grupo C, no entanto, que essa abordagem atingiu um nível mais significativo: 41,2%.

A Tabela 4 resume a distribuição, por períodos, das abordagens de Educação Sexual, independentemente da distribuição em grupos (A, B e C).

A abordagem médica teve seu aumento significativo no segundo período, enquanto a abordagem religiosa e a política tiveram sua maior frequência no primeiro.

Tabela 4

Abordagem	Período			Totais
	80-84	85-89	90-93	
Religiosa tradicional	5 (83,3)	1 (16,7)	—	6 (100)
Médica	3 (25)	6 (50)	3 (25)	12 (100)
Pedagógica	11 (15,3)	29 (40,3)	32 (44,4)	72 (100)
Política	12 (35,5)	10 (31,2)	10 (31,2)	32 (100)

A pedagógica foi aumentando, gradualmente, no decorrer dos períodos, atingindo seu maior índice no último período.

Supõe-se que os trabalhos que relatam experiências pioneiras em Educação Sexual no Brasil, tais como: Pimentel, Sigrist, 1971; São Paulo, 1984 e We-rebe, 1977, tenham exercido influência na abordagem adotada pelos pesquisadores e estudiosos brasileiros. Como foram pesquisas comprometidas com a abordagem pedagógica, conseqüentemente, favoreceram uma produção científica maior dentro dessa abordagem, em detrimento, portanto, das outras, principalmente da política.

Ao se tentar compreender o porquê do predomínio da abordagem pedagógica nas produções científicas sobre Educação Sexual, é por demais importante, também, tentar fazer uma interligação com as tendências pedagógicas no contexto escolar brasileiro.

Sabe-se que a primeira tendência pedagógica emergida foi a pedagogia tradicional, segundo a qual a finalidade da educação é o cultivo do individual, o desenvolvimento das aptidões individuais, que preparam o sujeito para ocupar um lugar na sociedade.

De acordo com Saviani ([1980?]) e Libâneo (1984), outros tipos de pedagogia foram surgindo ao longo da história, com o propósito de melhorar a educação. Embora tenha-se chegado até a pedagogia crítico social dos conteúdos, ou mais atualmente chamada por Saviani de pedagogia histórico-crítica, ainda se encontram, na educação brasileira, influências, ou mesmo, possivelmente, uma presença integral, ou quase integral, em alguns casos, da pedagogia tradicional, tanto na forma de conduzir o processo ensino/aprendizagem, quanto, principalmente, nas formas de avaliação desse processo, conforme aponta Luckesi (1994).

Segundo esse autor, a pedagogia tradicional, no Brasil, emergiu estritamente vinculada ao modelo educacional católico e protestante, no qual o que impera é a salvação do indivíduo, fazendo-o assimilar passivamente os conhecimentos produzidos, para enquadrar-se no modelo de sociedade predominante.

Assim sendo, embora a Educação Sexual seja tratada, na maioria das vezes, como *uma parte* da educação global, ou, muitas vezes, *à parte* da mesma, as suas experiências práticas cotidianas, bem como as pesquisas e estudos, são, muito possivelmente, influenciados também pela presença da pedagogia tradicional, ou seja, por uma concepção filosófica humanista tradicional da educação.

Considerando-se, separadamente, a distribuição por períodos, apenas das dissertações e teses (grupo C) em relação à abordagem de Educação Sexual, de acordo com a Tabela 5, o maior índice de publicação desse gênero deu-se no período de 85-89 (52,9%) e ainda mais: o número de dissertações e/ou teses classificadas como abordagem política (cinco) supera, em pequeno grau, o de classificadas como pedagógica (quatro), nesse mesmo período.

Tabela 5

Abordagem	Período			Totais
	80-84	85-89	90-93	
Religiosa tradicional	—	—	—	—
Médica	1 (100)	—	—	1
Pedagógica	1 (11,1)	4 (44,4)	4 (44,4)	9
Política	1 (14,3)	5 (71,4)	1 (14,3)	7
Total por Período	3 (17,6)	9 (52,9)	5 (29,4)	17

A abordagem política teve um aumento significativo, do primeiro período (14,3%) para o segundo (71,4%), aumento esse que se deu, apenas, no conjunto de dissertações e teses (grupo C). Esse fato, possivelmente, vem mostrar que é na pós-graduação que aumentam as chances de se obter uma visão do papel político-social da educação.

Provavelmente, a maioria dos estudiosos que publicaram textos sobre Educação Sexual, na década de 80, tiveram sua formação universitária no início, ou durante a década de 70, período em que, possivelmente, não se oferecia, ou pouco se oferecia, ao graduando, em termos de uma visão crítica do papel da educação com ênfase em sua função político-social.

Enquanto as dissertações e/ou teses da abordagem pedagógica mantiveram a mesma freqüência (quatro) no segundo e terceiro períodos, que equivale a 44,4%, houve uma queda significativa da freqüência da abordagem política, caindo de cinco (71,4%) no segundo, para um (14,3%) no terceiro.

Seria de se esperar que a freqüência de dissertações e teses (grupo C), dentro da abordagem política, continuasse a crescer, uma vez que, supõe-se,

como já foi salientado, as produções científicas oriundas na pós-graduação pudessem fomentar uma visão político-social da educação.

No entanto, o fato de o índice ter sido reduzido, ao adentrar na década de 90, possivelmente foi devido aos problemas sociais, que se acentuaram no final da década de 80 e início da atual, tais como: AIDS, gravidez na adolescência e aumento de abortos, que, provavelmente, tenham direcionado os trabalhos de Educação Sexual, preocupados com a saúde sexual do indivíduo e da sociedade como um todo, conduzindo, indiretamente então, para uma abordagem pedagógica.

É útil um comentário específico, embora breve, sobre as publicações classificadas como religiosas.

Esperava-se, a princípio, categorizar o texto apenas em religioso tradicional ou liberador, no entanto, no conjunto das seis publicações religiosas, que compõem o *corpus*, foram identificados dois textos tradicionais "questionadores": o capítulo de livro, de Luca (1980) e o livro de Gasques (1991), cuja primeira publicação se deu em 1988.

Isto vem confirmar a validade da forma como foram estruturadas, classificadas, nesta presente pesquisa, as abordagens religiosas de Educação Sexual. Além disso, considera-se significativo o fato de ter sido possível identificar, nos textos que estão comprometidos com a abordagem religiosa tradicional, os que são "questionadores", também porque denota um avanço no posicionamento dos teóricos, bem como na qualidade da produção científica.

Conforme já explicitado, tradicionais *questionadores* são os textos nos quais o autor procura seguir as normas religiosas, porém com esforços de *adaptá-las* [grifo da autora] ao momento histórico presente.

De acordo com os dados desse estado da arte, vê-se, então, que tem sido mínima a contribuição dos teóricos da Teologia para a produção científica sobre Educação Sexual, dado o reduzido número de publicações, bem como uma concentração dessas na primeira metade da década de 80. O quadro agrava-se quando se constata que não houve nenhum registro na abordagem religiosa liberadora, o que conferiria, caso houvesse, melhor qualidade aos textos pertinentes à abordagem religiosa.

Das demais categorias analisadas

Área

Segundo a análise do *conteúdo*, a grande maioria das publicações foi classificada em áreas que integram as ciências humanas, principalmente a área da educação.

Nas dissertações e teses, mesmo a análise feita a partir da titulação obtida na pós-graduação apontou para o predomínio da referida área.

A produção teórica...

Tipo pesquisa/estudo (P/E)

A *explanação teórica* é o tipo de P/E que, de forma geral, predomina no conjunto de todas as publicações.

A maioria dos textos do grupo A e B é identificada como *explanação teórica* "tipo a" (que discute sobre como desenvolver os trabalhos de Educação Sexual).

O maior índice de *explanação teórica* "tipo b" (que oferece uma reflexão crítica) é encontrado no grupo C, porém é ainda um índice insatisfatório: dez dissertações, num conjunto de dezessete. Isto aponta para a necessidade de realização de mais dissertações e teses que possam constituir-se em reflexão crítica.

A *análise histórica* (que apresenta reconstituição histórica da implantação da Educação Sexual no Brasil, ou de pesquisas realizadas) é o tipo de P/E menos presente no conjunto das publicações analisadas.

A *análise avaliativa* (que avalia programas ou experiências desenvolvidas) tem uma presença relativamente fraca, tendo acontecido mais no grupo B e C, em torno de 30%, em cada um deles.

A *análise investigadora* (que investiga comportamentos e atitudes sexuais, bem como conhecimentos sobre sexualidade e opiniões sobre a Educação Sexual) tem se concretizado de forma relativamente significativa, por meio, apenas, de publicações do grupo C, tendo sido mais desenvolvidas, aí, as investigações do "tipo b" (as que são feitas junto a professores, pais ou outros profissionais).

Chama a atenção o fato de as publicações do grupo A (livros e capítulos) e do grupo B (artigos) terem apresentado um índice baixo de *explanação teórica* "tipo b" (que oferece reflexão crítica), considerando-se que, provavelmente, são os livros e os artigos de periódicos os materiais de mais fácil acesso aos educadores, com formação universitária ou não. É possível crer que nos programas de disciplina de graduação, ou de cursos de especialização em Educação Sexual, possam ser esses os materiais mais indicados para leituras, por serem geralmente mais concisos e acessíveis.

Segundo afirmou Ribeiro (1990), "é difícil encontrarmos material de fácil acesso para reflexão crítica dos profissionais que pretendem atuar como orientador sexual".

Isso tudo conduz, conseqüentemente, ao apontamento da necessidade de que os gêneros de publicação acima referidos (livros e artigos), ao falarem sobre o assunto, caracterizem-se por servir como reflexão crítica aos leitores, independentemente do fato de se constituírem também numa análise histórica, avaliativa ou investigadora.

Contexto

O mais abordado é o escolar, estando presente, em média, em 70% do conjunto de toda publicação.

A constatação da predominância do *contexto escolar* nas publicações analisadas é semelhante ao resultado encontrado por Rosemberg et al. (1990), na pesquisa já comentada no início deste artigo. As au-

toras afirmam que a preocupação básica das pesquisas/estudos realizados no período de 1975 a 1989 é com a Educação Sexual no contexto escolar.

Supõe-se que o predomínio desse contexto, nas produções científicas brasileiras sobre Educação Sexual, tenha sido uma consequência da influência de algumas experiências pioneiras realizadas em nosso país, na década de 60 e início da de 80, que ocorreram em contexto escolar e que também, consequentemente, podem ter influenciado a adoção, de forma predominante, da abordagem pedagógica, conforme já explicitado anteriormente.

Tipo de educando

Crianças, adolescentes e jovens são os tipos de educandos para os quais as produções científicas sobre Educação Sexual são mais freqüentemente direcionadas. Em contrapartida, está defasada a referência ao idoso, deficiente, adulto e ao pré-escolar.

É possível crer, a partir de alguns textos que integram o *corpus*, que um número significativo de educadores e/ou pesquisadores encare a Educação Sexual como sendo importante e necessária, única e quase exclusivamente, para o aluno do 1º grau (principalmente a partir da 5ª, 6ª ou 7ª séries) e para o 2º grau.

Isso provavelmente está ligado às preocupações dos adultos em relação aos "problemas" vinculados à vivência da sexualidade, tais como: sexo pré-marital, gravidez na adolescência e transmissão de DSTs.

Sem descaracterizar a importância da Educação Sexual para crianças, adolescentes e jovens, pensar nessa educação, também para a criança pré-escolar, para os adultos, idosos e deficientes, é estar comprometendo-se mais substancialmente com o direito ao prazer, com o resgate do erótico e com a visão positiva da sexualidade na vida das pessoas.

Elementos-Chave

O *prazer* e as *relações de gênero* vêm sendo incluídos em uma parcela significativa de publicações científicas e acadêmicas que falam sobre Educação Sexual, especificamente nos seguintes tipos de publicação: livros, dissertações e teses.

É possível crer que o movimento feminista tenha exercido grande influência na inclusão do prazer e das relações de gênero nas produções científicas que falam sobre Educação Sexual. Segundo Sarti (1988), é após 1978 que o discurso feminista no Brasil direciona-se para questões de gênero, e, assim sendo, é de se esperar que esse discurso comece a ser assimilado nas produções científicas da década de 80, até os dias atuais.

Em relação ao elemento-chave *amor*, constatou-se que foi pouco citado nos textos. Se por um lado isto pode significar pouca atenção a um sentimento humano, que a princípio pode ser considerado por uma grande maioria como significativo na vivência da sexualidade, por outro lado, caso fosse muito citado,

poderia estar denotando seu uso como forma de controle social e/ou religioso, feito pela Igreja, ao longo dos séculos e até os dias de hoje, bem como pela Medicina Social e Higiene (especialmente no século XIX).

Considerando que o amor foi citado em todos os textos classificados como abordagem religiosa, é possível crer que a freqüência baixa desse elemento esteja diretamente relacionada com a pequena presença de textos dessa abordagem.

Quer nos parecer que o amor pode estar sendo, indiretamente, abordado nas produções científicas sobre Educação Sexual, nos pontos em que o autor direciona suas reflexões para a formação integral da pessoa e para a concepção do sexo no contexto do relacionamento humano, principalmente, quando trata da preservação dos valores básicos, quais sejam: igualdade entre os sexos, integridade, liberdade e consideração pelo outro.

Em lugar do amor-paixão, parece bastante oportuno que o amor, na vivência da sexualidade, seja encarado como a saída de si, de seus próprios interesses, para o serviço do outro, como propõe Ribeiro (1992), num texto que trata da sexualidade, numa visão "religiosa liberadora".

O *abuso* e a *violência sexuais*, bem como as DSTs (especialmente a AIDS), os outros elementos-chave investigados, têm sido encarados de maneira secundária, o que denota uma Reflexão da Educação Sexual desvinculada, na maioria dos trabalhos, desses problemas sociais emergentes e diretamente relacionados.

Profissional responsável pela Educação Sexual

O professor é o mais freqüentemente apontado, tendo ocorrido em 93,3% no grupo A, 63,7% no B e 87,5% no C.

Outros foram indicados e, em muitos textos, foram feitos apontamentos de profissionais de várias áreas para atuarem em conjunto. Apesar disso, ainda há divergências quanto a quem deva ou possa, de fato, assumir o papel. Embora numa minoria, há autores que restringem a algum profissional, em específico, como por exemplo, ao enfermeiro ou a um especialista.

É interessante constatar que, no conjunto de todas as publicações, muitos foram os tipos de profissionais apontados: médico, assistente social, orientador pedagógico, professor, psicólogo, profissionais da saúde, pedagogo, ginecologista, enfermeiro, técnico em educação, pastor, padre.

Há muitas variações entre os autores, no sentido de proporem diferentes "arranjos" de equipes de profissionais, para juntos desenvolverem a Educação Sexual.

A participação da escola como um todo (bem como de todos os elementos da sociedade), na Educação Sexual *informal* do educando, alerta para a necessidade de preparo do educador sexual, que pode

e deve ser estendido a todas as pessoas que nela trabalham — incluindo os professores da pré-escola — e a um maior número possível de elementos da sociedade, mesmo que não tenham pretensão de atuar, *formalmente*, como educadores sexuais.

O que é preciso considerar, é que não é válido estar pré-fixando de maneira delimitada, restrita, a quem cabe o papel; menos ainda é pensar em termos de exclusividade de alguma área profissional.

Muitas vezes, é o contato com a realidade, no exercício profissional cotidiano, que impulsiona profissionais conscientes e de boa vontade a intervirem na Educação Sexual.

Barroso (1985) comprova isto quando afirma que, embora a questão não seja atribuição exclusiva dos serviços de saúde, devido às condições específicas da sociedade brasileira, é sobre esse setor profissional que têm incidido muitas reivindicações de Educação Sexual da população mais carente. E assim, mesmo sem um preparo adequado, sem uma infra-estrutura, os profissionais desses setores têm tomado iniciativas.

O campo pode e deve ser aberto à possibilidade de atuação de profissionais graduados e pós-graduados, das várias áreas científicas, que tenham interesse e preocupação com a questão. Na medida do possível, esforços devem ser feitos para que o trabalho seja desenvolvido interdisciplinarmente.

Terminologia usada e conceituação de Educação Sexual

Embora o termo mais freqüentemente abordado tenha sido educação sexual, há textos que usam outras terminologias (na maioria das vezes como sinônimos), tais como: orientação sexual e informação sexual. Foram encontradas, portanto, sobreposição e falta de padronização no uso da terminologia básica.

Dado que a terminologia orientação sexual, por exemplo, é usada com significados diversos, por alguns autores, acredita-se infundado o seu uso como sinônimo de educação sexual.

As tentativas de conceituação demonstram, em um número significativo de textos, que não há uma posição teórica clara e objetiva quanto ao conceito de Educação Sexual. Além disso, diferenças, incoerências e/ou confusões foram ainda encontradas, em alguns textos, nas tentativas de classificação dos tipos de Educação Sexual.

É possível que estas falhas comprometam, sobremaneira, a qualidade da produção científica e interfiram no avanço do corpo teórico desta área de conhecimento.

Propõe-se, neste presente trabalho, que seja padronizado o uso do termo *educação sexual*, por considerá-lo o mais adequado, uma vez que, entre outros motivos, diferentemente dos outros termos, implica que o educando seja considerado sujeito ativo no processo de aprendizagem e não mero receptor de conhecimentos, informações e/ou orientações.

Sugere-se também que, ao invés dos muitos e variados tipos de classificação da Educação Sexual, ela seja classificada apenas em: *informal* (processo global, não intencional) e *formal* (ação deliberada, planejada), conforme conceituação fornecida por Werebe (1981).

Concepções questionáveis

São encontradas em textos de todos os grupos, porém, em maior proporção, no grupo B. Apesar de em algumas publicações a presença de um elemento dessa natureza possa não afetar a contribuição do texto como um todo, há casos em que a qualidade desse fica prejudicada e, conseqüentemente, da produção científica sobre a temática.

Como exemplo de concepção questionável encontrada, pode ser citada a posição de Pizzatto (1981), que afirma em situações grupais não caber o termo educação e sim, informação sexual. O que mais chama atenção, ainda, é o receio da autora em relação a trabalho de Educação Sexual em classes livres e abrangentes, dizendo que questiona este tipo de trabalho, pois isso levaria algumas crianças a receberem informações para as quais não têm curiosidade ou necessidade, ou nem mesmo estão preparadas. Esse receio fica ainda mais claro quando sugere que, nas informações em grupo, dever-se-ia começar com enfoques genéricos, como orientações sobre higiene menstrual.

Stoll (1988) também parece mostrar-se reticente em relação ao trabalho em grupo, quando diz que "(...) devemos ser cautelosos e não impor uma educação sexual formal, coletiva, massificada" (p.92).

É possível crer que essa objeção em relação ao trabalho em grupo tenha se esvanecido de forma acentuada, principalmente considerando que a partir de 1982 muitas pesquisas têm demonstrado a importância e eficácia dos trabalhos em grupo, com o uso dos debates, para o alcance dos objetivos da Educação Sexual.

Como mais um exemplo de concepção questionável, pode-se incluir as seguintes citações de Salvatore (1986. p.6): a de que é preciso ensinar "(...) atitudes masculinas e femininas bem distintas", e a de que "o ensino deve ser feito, principalmente, para moças púberes, pois a sexualidade deve ser controlada pela mulher (...)", devendo esta fazer uso de sua maior arma, que é o *pudor* [grifo do autor].

Após a explanação resumida dos principais dados obtidos, outras questões necessitam ser abordadas, visando a uma complementação das discussões.

Inicialmente, considerações devem ser feitas, no que tange à classificação/denominação das abordagens de Educação Sexual, previamente estabelecidas pela autora.

Como a análise de cada publicação, a partir das categorias preestabelecidas, foi testada pela participação das duas assistentes de pesquisa ("juízas"), foi possível confiar na fidedignidade dos resultados obtidos em cada uma das categorias analisadas e, prin-

principalmente, reconhecer como viável e adequada a divisão em abordagens, da forma como foi estabelecida, para classificar a produção teórico-científica.

Possivelmente, na prática, isto é, no trabalho cotidiano do educador sexual, seja mais difícil e, por vezes, até inviável em alguns momentos, conseguir identificar com qual abordagem ele está comprometido. Pode até ocorrer uma sobreposição de mais de uma abordagem, da mesma forma como ocorre em algumas produções científicas.

No entanto, apesar disso, a identificação das abordagens: religiosa tradicional (conservadora ou questionadora), religiosa liberadora, médica, pedagógica e política, também pode ser possível pela observação da atuação do educador sexual, ou mesmo até por meio de seu relato verbal sobre a forma de desenvolver o seu trabalho.

Mais ainda: os objetivos implícitos em cada abordagem podem direcionar, de fato, uma atuação prática coerente com os mesmos, ou seja: é possível selecionar e preparar-se para atuar de acordo com uma ou outra abordagem.

Isto tudo conduz à conclusão de que a identificação da abordagem predominante pode-se dar, tanto na produção científica, como no trabalho prático.

Após ter lido quase toda a publicação brasileira sobre Educação Sexual, uma das questões que mais indignou a autora diz respeito à baixa qualidade científica de várias publicações, denotando falta de seriedade em relação à temática. Alguns textos são produzidos sem fundamentação teórica explícita, nos quais então o autor escreve sem fazer ligação com o que já se produziu cientificamente sobre o assunto. Em alguns casos, é como se o autor estivesse elaborando uma "redação escolar", parecendo encarar a temática pela "psicologia do senso comum". Isto se deu, principalmente, em relação a artigos de periódicos.

Como mais um exemplo da baixa qualidade, pode ser citado também o não-seguimento dos padrões metodológicos estipulados para a elaboração de artigos científicos, tais como: ausência de referências bibliográficas e muitas falhas na elaboração dessas, bem como, nas citações de autores e/ou de idéias de autores, no corpo do texto.

Vale citar, principalmente, a defasagem acentuada que se constatou em algumas publicações, no que diz respeito a datas das referências consultadas, em textos escritos no final da década de 80, por exemplo, nos quais os autores pautam-se, sobremaneira, pelos textos produzidos na década de 70, incluindo a de 60. Dependendo do objetivo do trabalho, isso poderia não se constituir necessariamente em problema, podendo até ser considerado necessário. Acontece, porém, que os textos daqueles períodos eram consultados como suporte teórico para definir diretrizes básicas em Educação Sexual, para o momento em questão.

Os fatores acima citados, com certeza, travam o avanço da produção científica sobre a temática, ou a fazem caminhar a passos lentos. É ainda mais sério:

parecem atribuir-lhe o caráter de tema "café com leite".

Os estudiosos e pesquisadores da temática precisam preocupar-se com a questão e planejar atitudes eficazes, que assegurem ao tema um avanço científico maior e de melhor qualidade.

Considerando essa necessidade e o fato de que teses e dissertações constituem o gênero de publicação de maior peso para a produção do conhecimento científico, alguns pontos precisam ser analisados em relação a essas publicações.

Primeiramente, pode-se afirmar que *essa produção é pouco sofisticada*, pois 82,35% é composta por dissertações e apenas 17,64%, por teses.

Caracteriza-se também por ser uma *produção descontínua*, uma vez que apenas uma orientadora, dra. Bernardete Angelina Gatti, orientou dois trabalhos (Schussell, 1982 e Foreman, 1989). Os demais orientaram apenas uma dissertação ou tese.

Do conjunto de orientadores, somente uma, dra. Maria Cristina Bruschini, fez contribuições substanciais, como autora, para a produção científica sobre Educação Sexual, que, evidentemente, compõem o *corpus* do estado da arte aqui tratado.

A *descontinuidade* da produção científica também pode ser apreendida com respeito aos autores das dissertações ou teses. Esse estado da arte mostrou que esses autores não produziram outras publicações, tais como artigos de periódicos, até 1993. Apenas Angeli (1986 e 1992), que realizou a dissertação e a tese sobre a sexualidade dos adolescentes, incluiu em cada uma "um capítulo sobre Educação Sexual", dando mostras de vínculo com a temática.

Esta produção, que começou a aumentar significativamente apenas após 1985, centralizou-se mais nas Universidades de São Paulo e Campinas, tendo sido desenvolvidas, aí, 70,58% das teses e/ou dissertações.

Em síntese, em nenhuma das universidades em que foram realizadas as dissertações e teses que integram o *corpus* percebe-se um compromisso, a longo prazo, que atenda, portanto, à continuidade, à seqüência e ao aprofundamento das pesquisas na temática.

Acredita-se que as várias categorias de análise criadas e utilizadas para elaborar o estado da arte da Educação Sexual foram válidas, no sentido de apreender dados significativos sobre o conhecimento até então produzido e, concomitantemente, apontar lacunas que vêm interferindo negativamente na qualidade do mesmo.

Sem deixar de lado a relevância de vários objetivos inerentes a cada uma das abordagens de Educação Sexual, pretende-se aqui alertar para a necessidade de que as produções científicas brasileiras sobre Educação Sexual, assim como a prática cotidiana, comprometam-se mais com a abordagem política (ou liberadora, caso o enfoque seja religioso), reconhecendo nela, também, um instrumento de transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINI, N. *Ética e evangelização: a dinâmica da alteridade na recriação da moral*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ANGELI, H. A. T. *Comportamento e informação sexual de adolescentes: uma análise psicológica junto a primeiristas universitários*. São Paulo, 1992. Tese (dout.) Universidade de São Paulo. p.92-113: Educação sexual.
- _____. *A Problemática sexual na adolescência*. São Paulo, 1986. Diss. (mestr.) Universidade de São Paulo. p.163-94: A educação sexual como profilaxia.
- BARROSO, C. *A Saúde da mulher no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1985. p.47-9: Educação sexual.
- BARROSO, C., BRUSCHINI, M. C. *Educação sexual: debate aberto*. São Paulo: Vozes, 1982.
- BINGEMER, M. C. L. Família e instituição religiosa: tensões e prospectivas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 16, 1992, Caxambu. (mimeo)
- BRUSCHINI, M. C., BARROSO, C. Educação sexual e prevenção da gravidez. In: BARROSO, C. et al. *Gravidez na adolescência*. Brasília: INPLAN/IPEA/UNICEF, 1986. p.29-54. (Série Instrumentos para a Ação n.6)
- CASTRO, C. M. A *Prática da pesquisa*. Rio de Janeiro: MacGraw Hill, 1978.
- CHAUÍ, M. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida* 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DURAND, G. *Sexualidade e fé: síntese de teologia moral*. São Paulo: Loyola, 1989.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação sexual no Brasil: estado da arte de 1980 a 1993*. São Paulo, 1995. Diss. (mestr.) IP-USP
- FOREMAN, V. L. *Importância da educação sexual no desenvolvimento de adolescentes cegos*. São Paulo, 1989. Diss. (mestr.) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v.3: O cuidado de si.
- _____. *A História da sexualidade*. 10.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v.1: A vontade de saber.
- FRIGOTTO, G. O Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991. p.71-90.
- GASQUES, J. *Juventude: amor e sexo: por uma afetividade dialogante*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GOLDBERG, M. A. A. *Educação sexual: uma proposta, um desafio*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- GREGERSEN, E. *Práticas sexuais: a história da sexualidade humana*. São Paulo: Roca, 1983.
- LIBÂNEO, J. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Ática, 1984.
- LUCA, L. A. A Orientação das adolescentes. In: LUCA, L. A. *O Problema sexual da adolescente*. Indianópolis: Almed, 1980. p.97-117.
- LUCKESI, C. *Avaliação: por que e para que?* Londrina, 7 dez. 1994. Anotações de palestra.
- MACEDO, C. C. Catolicismo e sexualidade: uma visão nativa. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, v.11, n.42, p.38-44, 1992. Número especial.
- MADURO, O. Por uma ética da ternura. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, v.11, n.42, p.45-74, 1992. Número especial. Entrevista cedida a Lúcia Ribeiro.
- NEGRÃO, E. V., AMADO, T. *A Imagem da mulher no livro didático: estado da arte*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, CNDM, 1989.
- NUNES, C. A. *Desvendando a sexualidade*. Campinas: Papyrus, 1987.
- ORTH, E. *Educação sexual da criança*. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- PFROMM NETTO, S. *Psicologia da aprendizagem e do ensino*. São Paulo: EPU, 1987.
- PIMENTEL, M. J. G., SIGRIST, A. C. *Orientação educacional*. São Paulo: Pioneira, 1971.
- PIZZATTO, M. Educação sexual da criança. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, n.3, v.1, p.51-9, dez. 1981.
- RIBEIRO, L. Vivência da sexualidade entre católicas. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, v.11, n.42, p.5-37, 1992. Número especial.
- RIBEIRO, P. R. M. *Educação sexual além da informação*. São Paulo: EPU, 1990.
- ROSEMBERG, F. Educação sexual na escola. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.53, p.11-9, maio 1985.
- ROSEMBERG, F., PIZA, E. P., MONTENEGRO, T. *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*. Brasília: REDUC; INEP, 1990.
- SALVATORE, C. A. Educação e planejamento familiar. *Ginecologia e Obstetrícia Brasileiras*, São Paulo, v.9, n.1, p.5-7, 1986.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Sexualidade humana: uma abordagem curricular com enfoque educativo*. São Paulo: SE/CENP, 1984. v.1.
- SARTI, C. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.64, p.38-47, fev. 1988.
- SAVIANI, D. *Correntes e tendências da educação brasileira*. [São Paulo]: PUC, [1980?]. Apostila.
- SCHUSSEL, D. R. *Educação sexual: análise de opiniões de diferentes segmentos sociais*. São Paulo, 1982. Diss. (mestr.) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SOARES, M. B. *A Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*. Brasília: REDUC, INEP, 1989.
- STOLL, R. R. Orientação sexual nas escolas. *Signos*, Lajeado, v.12, n.22, p.90-3, mar. 1988.
- SUPLICY, M. *Conversando sobre sexo*. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- VAINFAS, R. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e iniquição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- WEREBE, M. J. G. *A Educação sexual na escola*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.
- _____. A Implantação da educação sexual no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.26, p.21-7, set. 1978.
- _____. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.36, p. 99-110, fev. 1981. [A autora participou deste trabalho na mesa-redonda apresentada na 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, 1980.]

ANEXO 1

Fontes Bibliográficas Consultadas

a) Fontes Bibliográficas — suporte magnético:

ACERVO/IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia).

CALCO — Base de Dados Bibliográficos, Rio de Janeiro: FGV. [consiste em um catálogo coletivo de Bibliotecas Brasileiras e é proveniente de uma rede de catalogação cooperativa]

Catálogo Coletivo do Sistema Integrado de Bibliotecas — SIBI — USP.

LILACS — Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde. 11.ed. São Paulo; ago. 1991.

_____. 12.ed. São Paulo, dez. 1991.

_____. 13.ed. São Paulo, abr. 1992.

_____. 17.ed. São Paulo, set. 1993.

[obs.: essas edições recuperam publicações a partir de 1982]

MEDLINE: 1987-1993

TESES/IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia)

b) Fontes bibliográficas impressas:

BARBOSA, J. J. (coord.). *Adolescentes, sexualidade e drogas*: catálogo da base de dados. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1993. (Série Apoio, 9).

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro: INEP, 1980-1988.

[obs.: foi publicado até 1988].

COLEÇÃO BIBLIOGRÁFICA, Rio de Janeiro: SESC, 1983-1987.

CUMULATED INDEX MEDICUS, New York: National Library of Medicine, 1984-1986.

GUIA DE PUBLICAÇÕES SERIADAS BRASILEIRAS. Brasília: IBICT, 1987.

HISTORICAL ABSTRACT, Santa Bárbara: American Bibliographic Center, 1985-1993.

INDEX BRASILEIRO DE SEXUALIDADE. Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH). v.1, n.1, 1993.

INDEX BRASILEIRO DE SEXUALIDADE. Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH). v.1, n.2, 1993.

INDEX MEDICUS, New York: National Library of Medicine, 1983, 1987, 1988.

INDEX MEDICUS LATINO-AMERICANO, São Paulo: Bireme, 1983-1987.

ISSN: publicações periódicas brasileiras. Brasília: IBCT, 1983.

MADEIRA, F. R. (coord.). *Bibliografia sobre a juventude brasileira*. Montevideo: Centro Latinoamericano sobre Juventud, 1987. (Série Bibliográfica, 3).

PSYCHOLOGICAL ABSTRACTS, Washington: American Psychological Association, 1980 — 1993.

ROSEMBERG, F., PIZA, E. P., MONTENEGRO. *Mulher e educação formal no Brasil*: estado da arte e bibliografia. Brasília: REDUC/INEP, 1990. p.146-66: Sexo.

SOCIOLOGICAL ABSTRACTS, New York: Sociological Abstracts Inc., 1980-1993.

SUMÁRIOS CORRENTES EM EDUCAÇÃO, Porto Alegre: UFRGS, 1981-1983.

SUMÁRIOS CORRENTES BRASILEIROS: Ciências Sociais e Humanas, Rio de Janeiro: IBCT, 1986-1989.

SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS EM PSICOLOGIA, São Paulo: USP, 1980-1993.

SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS EM EDUCAÇÃO, São Paulo: USP, 1988, 1991-1993.

SUMÁRIOS DE EDUCAÇÃO, São Paulo: Secretaria de Estado de Educação, 1984-1992.

ULRUCH'S — INTERNATIONAL PERIODICAL DIRECTORY. 27.ed. New York: R.R. Bowker, 1988-1989.

ANEXO 2

Bibliotecas ou Instituições Consultadas

a) Foram feitas solicitações (por correspondência) de levantamento bibliográfico, pela Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina, junto a:

Fundação Universidade de Brasília (UNB).

Fundação Carlos Chagas (FCC), São Paulo.

Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP).

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Universidade de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Universidade de São Paulo (USP).

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, (UNESP).

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, SP.

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, SP.

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

b) Foram feitas solicitações (por correspondência) de publicações, pela Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina, junto às editoras ou instituições de caráter religioso:

Cadernos do CEDI. Centro Ecumênico de Educação e Informação. Rio de Janeiro: CEDI.

Cultura e Fé. Instituto de Desenvolvimento Cultural. Porto Alegre, RS.

Estudos Teológicos. Escola Superior de Teologia. [Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil]. São Leopoldo, RS.

Reino de Deus no Mundo dos Homens. Promoções da Família Editora. Belo Horizonte, MG.

Revista Comunicações do ISER. Instituto de Estudos da Religião. Rio de Janeiro: ISER. Mensal.

Revista de Cultura Bíblica. Liga de Estudos Bíblicos. São Paulo. Loyola. Trimestral.

Revista Teológica da Associação de Seminários Teológicos Evangélicos. São Paulo. Bimestral.

c) Foram feitas solicitações (por correspondência), de levantamento bibliográfico e/ou de pesquisas realizadas, feitas pela autora junto a:

BENFAM — Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil, Rio de Janeiro.

Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público ISP/UFBA, Ondina, Salvador.

CNBB — Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, Depto. de Educação, Brasília.

FUNDAJ, Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

Instituto H. Ellis, São Paulo.

ISOF — Instituto de Ciências Sexológicas e Orientação Familiar, Brasília.

NIEPP — Núcleo Integrado de Extensão e Pesquisa em Universidade Federal da Bahia, Depto. de Biologia Geral.

SBRASH — Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo.

SUDS/SP — Programa de Saúde do Adolescente. Secretaria da Saúde do Estado.

d) Foi efetivada uma busca direta (*in locus*), pela autora, no acervo das bibliotecas:

CESULON (Centro de Estudos Superiores de Londrina, PR) Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

FDE — Fundação para o Desenvolvimento da Educação, São Paulo.

ISBL — Faculdade de Teologia de Londrina.

Universidade Estadual de Londrina.

Universidade de São Paulo, (SP): Escola de Enfermagem; Faculdade de Saúde Pública; Instituto de Filosofia; Instituto de Psicologia; Faculdade de Educação; Escola de Enfermagem.

Seminário Metodista de Londrina.

Seminário Teológico de Londrina.